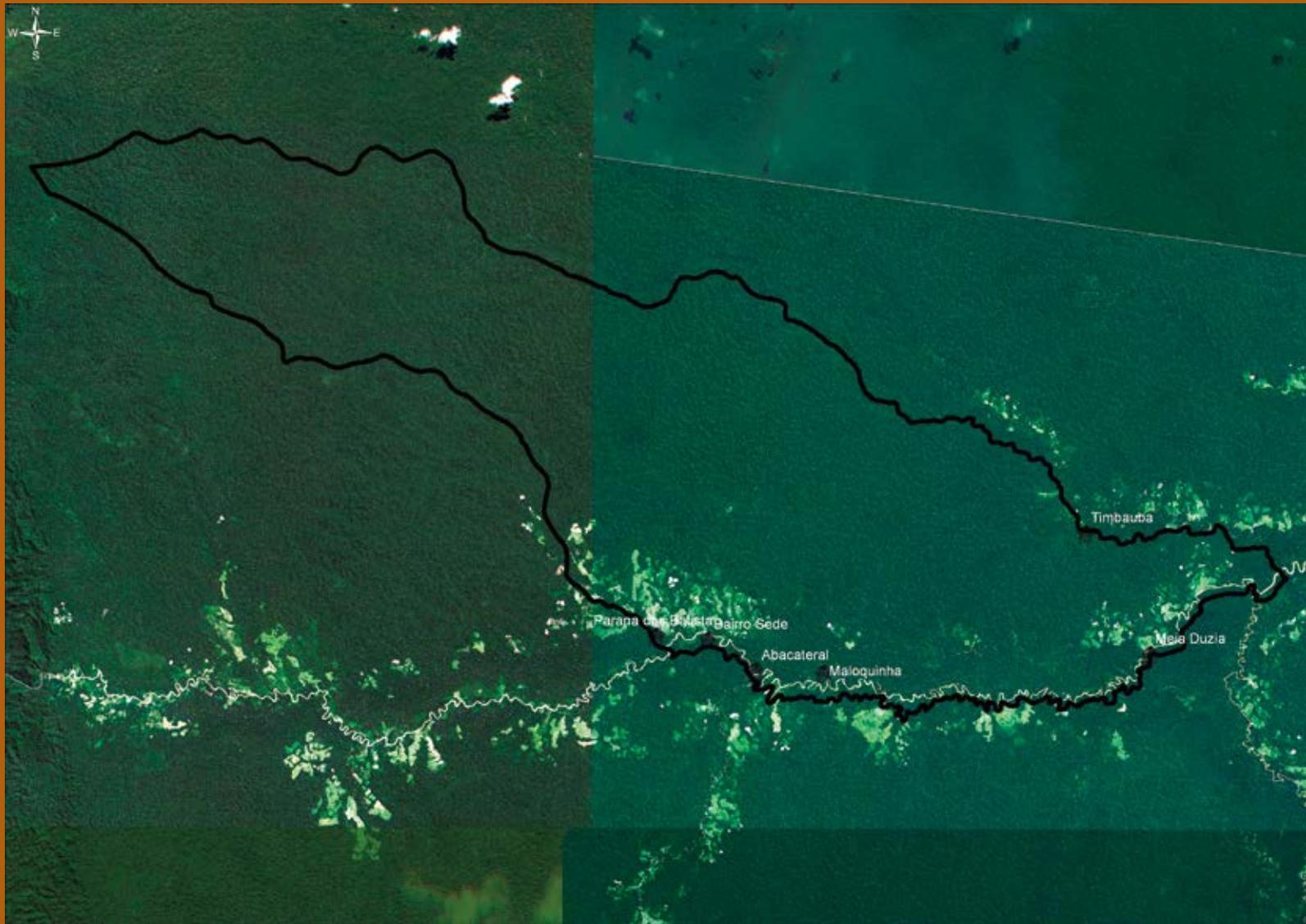


Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Nukini





Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Nukini



REALIZAÇÃO

AIN
Associação Indígena Nukini



APOIO



PATROCÍNIO



Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Nukini



AIN | AMAAIAC | CPI/AC
Rio Branco - 2015

REALIZAÇÃO

Associação Indígena Nukini – AIN

Associação do Movimento dos Agentes
Agroflorestais Indígenas do Acre – AMAAIAC
www.amaaiac.org.br

Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC
Est. Transcreana, Km 8 – cx. Postal 61
CEP 69.900-970 – Rio Branco – Acre
Fone: (68) 3225-1952
email: cpi@cpiacre.org.br
www.facebook.com/comissaoproindioac

Direitos Autorais

© Copyright 2015 - Todos os direitos reservados a

Associação Indígena Nukini – AIN

Organização e Edição

Renato Antonio Gavazzi

Conselho Editorial

Nietta Lindenberg Monte

Renato Antonio Gavazzi

Vera Olinda Sena

Mapas georreferenciados

José Frank de Melo Silva e Billyshelby Fequis

Levantamento (Oficinas de Etnomapeamento)

Billy Fequis, Frank Silva, Roberto Tavares, Pedro Constantino

Revisão

Tatiana Catelli Rocha

Fotos

Frank Silva, José Mendes, Malu Ochoa, Paula Romualdo, Renato Gavazzi

Agradecimentos

Billy Fequis, Frank Silva, Joseneidy R. N. de Oliveira Pinheiro,
Marcos Catelli, Paula Romualdo

Projeto gráfico, capa e diagramação

Guilherme K. Noronha / gknoronha.com

Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Nukini / organização e
edição Renato Antonio Gavazzi. – Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre, 2015.

69 p. : Il. col. , 23x18 cm.

ISBN: 978-85-64018-05-1

Índios da América do Sul - Brasil. 2. Terra Indígena Nukini. 3. Etnomapeamento -
Gestão territorial e ambiental. 4. Recursos naturais - Uso - Manejo - Conservação.
I. Título.

CDD - 912.81

Biblioteca: Maria do Socorro de O. Cordeiro. – CRB-11/667

Sumário

A luta do povo Nukini na Gestão de seu território	7
Apresentação	9
Introdução	17

Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Nukini

I. Recursos florestais e florísticos	23
II. Pesca	27
III. Caça	31
IV. Criações de animais domésticos	33
V. Criação de animais silvestres	37
VI. Roçados	39
VII. Sistemas agroflorestais	41
VIII. Saúde ambiental	43
XIX. Recursos hídricos	47
X. Entorno	49
XI. Monitoramento do desmatamento	51
XII. Vigilância, fiscalização e situação fundiária	53
XIII. Situação Transfronteiriça	55
XIV. Controle da entrada de pessoas de fora na terra indígena	57

XV. Educação diferenciada do povo Nukini	61
XVI. Cultura	63
XVII. Fortalecimento da medicina tradicional Nukini	65
XVIII. Divulgação, implementação e avaliação	67



A luta do povo Nukini na Gestão de seu território



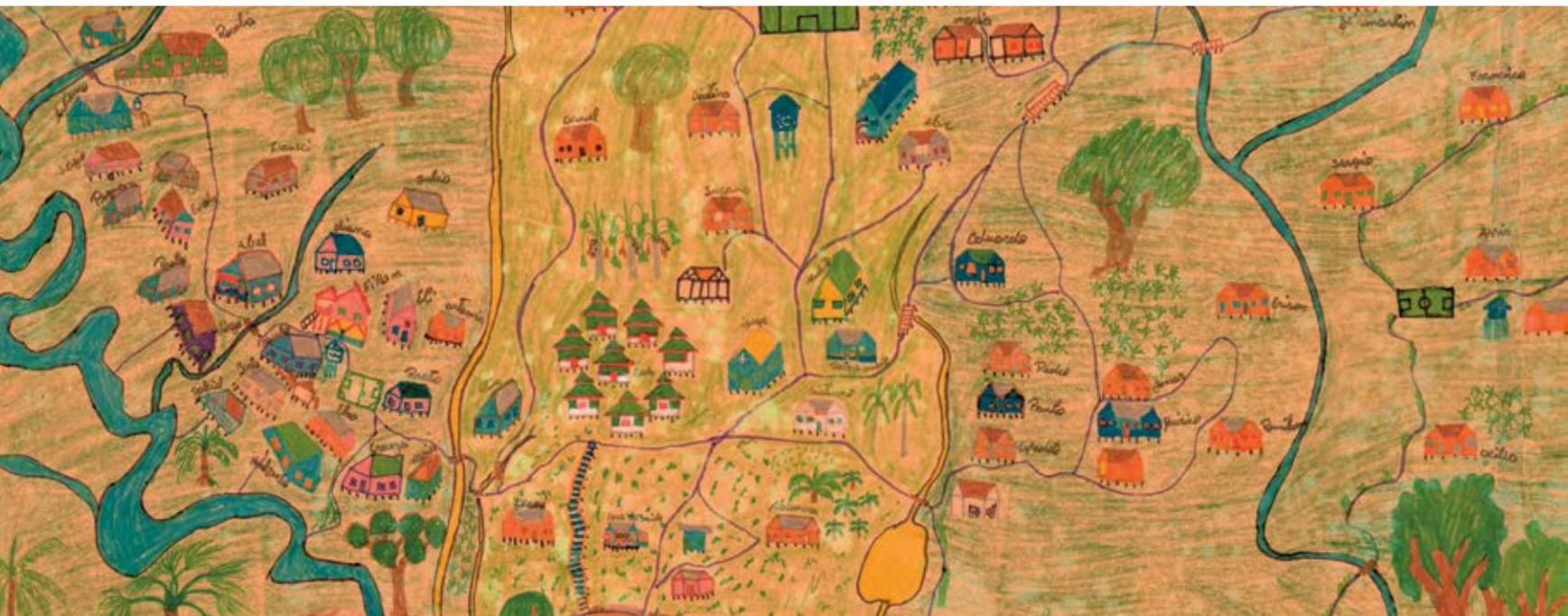
A proteção da biodiversidade das florestas e dos recursos naturais, combinada à produção e o consumo de alimentos fortalece a relação dos homens com a natureza, com os outros homens e com o seu próprio futuro. Dá sentido a quem somos no presente, mas também a quem poderemos ser no futuro, envolvendo todas as dimensões da vida. Essa consciência de interligação entre vida material, cultural e espiritual faz parte das tradições dos povos da floresta.

Por isso, para a Petrobras, é um privilégio apoiar, por meio do Programa Petrobras Socio-ambiental, um projeto como o Gestão Indígena no Acre, realizado pela Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC. Este respeita o direito dos Povos Indígenas autodeterminarem seus processos de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que promove a incorporação de novos conhecimentos sobre as plantas e a floresta. Desta forma, busca-se superar um dos principais desafios que aflige todos os povos: o acesso permanente a alimentos saudáveis e diversificados. E mais ainda: o projeto integra a segurança alimentar com a preservação ambiental, a arte, a medicina e todas as tradições materiais e imateriais de reprodução social, promovendo a disseminação dessas práticas para outras comunidades.

A articulação entre conhecimentos tradicionais e conhecimentos científicos, a convergência entre gestão territorial e ambiental, e a integração das dimensões econômica, social e cultural são processos que dizem respeito a todos nós, povos indígenas, brancos e negros, brasileiros e cidadãos do planeta comprometidos com a construção de uma sociedade sustentável, socialmente justa e ambientalmente equilibrada.

Ao apoiar esse projeto, reafirmamos e fortalecemos nosso compromisso histórico com a construção de um país próspero, democrático e sustentável, a partir da soma dos esforços e conhecimento presentes na nossa diversidade étnica, racial, cultural e ambiental.

Petrobras



Apresentação

O processo de demarcação da nossa terra começou com uma reunião entre a comunidade, porque, na época, o povo Nukini estava todo espalhado, cada um se encontrava em um canto, longe, às vezes. Logo em seguida chegou a equipe da FUNAI e de antropólogos procurando a terra para estudo. Era uma avaliação para identificar o tanto de anos que os indígenas moram naquele local e pela perfuração no solo eles descobriam isso. Nessa busca eles encontraram cacos de pote e nós os levamos às malocas antigas, entregamos os vasos de barro que encontramos nas nossas caminhadas. Os potes, pratos e outros objetos nós entregamos para FUNAI e eles levaram esses materiais para um museu em Brasília. E daí começou o trabalho de conscientização da FUNAI para realizar a demarcação da terra. Em seguida foi escolhida uma liderança para acompanhar o processo e, assim, foi se transformando em Terra Indígena. As famílias que moravam em outro rio foram se juntando para que viesse

Cacique Paulo César Nukini



© Frank Silva, 2014

a demarcação da terra, que foi uma política muito grande nessa época, com o trabalho dos Txai Terri e Macedo. Mas foi muito difícil porque os caciques não sabiam como conduzir isso.

Eu não tenho datas específicas, mas acredito que foi mais ou menos no fim da década de 1970. Nossa terra foi uma das primeiras demarcadas no estado do Acre, localizada em uma região de fronteira que hoje tem vários problemas de invasão. Mas, mesmo assim, tivemos o privilégio de ter a terra demarcada, porque tem outras que ainda passam por esse processo. Hoje a gente agradece por ter sido uma das primeiras. Também nesse tempo vieram os engenheiros com os estudos de picada e metragem, para fazer todo o corte da terra, pois a nossa terra foi limitada por água. A terra toda tem um limite de terra seca de apenas 1 km, o resto é tudo água. Então, a picada vai ficar até quando o rio existir. Os indígenas iam acompanhando a área para auxiliar no processo e o antropólogo ia fazendo o registro. Tinha o engenheiro Paulo, não lembro se era esse o nome dele, que ia fazendo as metragens, de quantas quadras nós íamos ter de terra. Hoje, o povo Nukini tem mais ou menos 35 mil quadras de terras. Na época da demarcação nós éramos 250 pessoas e, hoje, aumentamos para 650 pessoas. Por isso, hoje a gente luta para que haja a ampliação e a revisão da terra. Com o Parque Nacional de um lado e do outro o Assentamento do INCRA, nós sofremos muito com invasões. O Parque nem tanto, mas o assentamento prejudica muito.

Na época da demarcação da nossa terra, eu ainda era novo, quem mexia com isso era meu sogro. Eu morava na serra do Divisor. Quando os antropólogos com o pessoal da FUNAI vieram ver onde tinham indígenas, foram mapear onde nós morávamos dentro do Parque Nacional. Não sei por que o mapeamento não incluiu realmente a terra até onde morávamos, hoje a Terra Indígena era para

ser até no pé da serra. Foi uma conquista muito grande das lideranças e do movimento indígena, na época movida pelo Almir. Tiveram encontros e mais encontros, até que um dia chegou a ordem de trabalho de demarcação de terra. Hoje a nossa terra é limitada por Igarapé, que é uma coisa que eu sou contra, porque, quando você marca uma terra por Igarapé, o vizinho está do outro lado e começam os conflitos dentro da Terra Indígena, ou em qualquer terra que o limite seja por água.

Essa área demarcada foi um antigo seringal movido pelo patrão, que além da seringa produzia muita cana. A mão-de-obra era dos indígenas, uns trabalhavam no cultivo da cana e outros na seringa. Vários indígenas, como meu pai, procuraram outros meios de vida. Meu pai tirava madeira, tora de cedro, trabalhava para outros patrões e por conta própria. Ele procurou uma terra- e até hoje eu brigo por ela- que não era de ninguém, não era seringal, não tinha patrão, não tinha nada. O meu pai abriu e conduziu aquele local para morar. Quando a Terra Indígena Nukini foi demarcada, a liderança convenceu meu pai a ir para essa terra. Eu tinha mais ou menos uns 10 anos e foi a maior “burralidade” que nós fizemos nessa vida. Deixamos o que era nosso e viemos para essa terra, onde tínhamos os parentes mais próximos. Hoje ainda brigo por essa terra, que faz parte do Parque Nacional, localizada no pé da serra. Quando meu pai chegou lá para morar com a família só tinha ele mesmo. Ele foi sozinho porque uma parte do nosso povo foi pro Peru depois de uma briga dos indígenas Nukini com os Puyanawa (os Puyanawa tocaram fogo na maloca dos Nukini). Já tinham alguns Nukini morando na beira do rio, aí chegou o patrão e levaram eles para a mata, onde passaram oito dias. Ele chegou da mata trazendo todo mundo, todo o povo Nukini. O nome do patrão era José Veríssimo. Esse local, onde hoje é a boca do Zumira, é um Igarapé subindo do lago grande. Esse patrão, por ter mais poder,

foi puxando os indígenas. Ele tinha mais mercadorias, mais acesso e os indígenas foram passando, mas a República já era local antigo dos indígenas, de pesca, de plantação. Porque naquela época o indígena morava em várias aldeias diferentes. Quando a produção para a alimentação ficava ruim, eles saíam daquele lugar e iam para outro. Depois, quando voltavam, aquela banana já estava boa e assim eles viviam e conduziam aquela área, daquelas terras todas. Por toda essa área ainda tem pupunha, tem algumas plantas que foram plantadas pelo avô do meu pai. Naquela época, algumas famílias ficaram no regime do patrão e outras foram embora pro Peru. Minha avó foi grávida pro Peru, e quando meu pai voltou de lá já tinha 12 anos. Nessa época, muitos deles não quiseram trabalhar para o patrão, foram embora, por isso hoje ainda procuramos o nosso povo Nukini, porque muitos foram pro Peru e não voltaram. A gente acha que tem parentes do lado de lá da Serra do Divisor.

O impacto com a criação do Parque Nacional, que eu senti e hoje ainda nos atinge é o fato do Parque Nacional da Serra do Divisor ter uma população muito grande dentro dele e o ICMBIO não diz se tira os moradores ou se eles ficam de uma maneira planejada. Ainda hoje eles caçam para vender, brocam, mariscam para vender, ainda fazem tudo como se fazia antigamente. Eles fazem uso para comércio e, para mim, isso não é Parque. Assim, a caça não chega até onde moramos, porque toda a extensão do Parque onde temos vizinhos acaba tendo impacto por causa desses moradores. Além de tudo, ainda, acima da serra tem caçadores. Os moradores da serra fazem uso da serra toda, que é uma coisa que eu sou contra, porque é uma área de refúgio que deveria ter e o Parque não tem.

O que está faltando hoje é a gente sentar e dialogar com o ICMBIO, INCRA e FUNAI e bater uma proposta de trabalho e de desenvolvimento sobre a proteção da Terra Indígena, do Parque Na-

cional da Serra do Divisor e do Assentamento do INCRA. Enquanto esses três órgãos realmente não sentarem para discutir os problemas, eu acredito que não teremos uma produção boa. Eu já não faço mais parte de um conselho. Já trabalhei mais de oito anos dentro da área como gestor de pessoas físicas e dentro do Parque Nacional como conselheiro. Só que nosso Parque Nacional é um conselho consultivo, ele só consulta, realmente você não tem voz de dizer o que deve ser feito dentro do Parque. Não é um conselho construtivo, é só consultivo. Gostaria que fosse um conselho para construir ideias, propostas e mecanismos dentro do Parque. Aí eu acho que nós avançaríamos com uma parceria melhor.

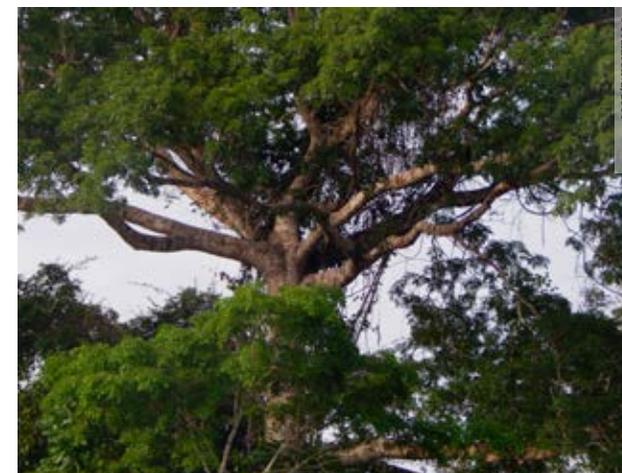
O impacto maior para a gente é que a própria Polícia Federal e a Justiça não estão se mostrando presente. Há cinco anos tinha um tráfico de drogas muito grande por aqui, eu como liderança sofri muito nesse período. Tinham indígenas e pessoas de fora envolvidos, nós combatemos, mas hoje está voltando de novo. A própria Justiça não toma uma providência, temos a base do Exército aqui perto e ainda hoje saiu no jornal que prenderam pessoas e drogas. Mas não vi nada disso acontecer, porque aqui passam toneladas de drogas e não sabemos por onde está passando. Eu quero deixar um recado pro ICMBIO e para a Justiça para trabalharmos juntos, fazermos reuniões dentro da comunidade e conduzirmos os mecanismos de combate a todo tipo de tráfico, desde caça, pesca, tudo dentro do Parque Nacional e da Terra Indígena. Acredito que unidos teremos uma Serra do Divisor tranquila e em paz.

Vejo que o Plano de Gestão chegou no momento certo, ele já está ajudando e os AAFIs vão ser a linha de frente, porque a liderança não é para cobrar da comunidade. A liderança deve estar discutindo as coisas maiores dentro da comunidade, assim, se é uma lei, a liderança convoca a comunidade e senta para falar que aquela lei tem que ser do jeito que foi feito. Se for uma discussão da educação,

os professores tomarão conta, se é da floresta, são os AAFIs que tomam conta. Então, cada setor terá seu responsável e todo mundo tem que trabalhar em conjunto, mas cada qual deve ter a sua responsabilidade, porque não dá para a liderança cuidar de tudo. A minha preocupação é que já está acabando o prazo do projeto para receber a bolsa dos AAFIs, é uma política e já estamos buscando outros meios para quando chegar ao final ter outra solução. Eu acredito que o governo do Acre não deve mais parar por aí, porque os AAFIs são um incentivo para a comunidade começar a trabalhar realmente dentro da produção, dentro do movimento da sua própria terra. Assim, eu acredito que é mais um passo que estamos construindo e estou apostando muito. No meu ver, o Plano de Gestão da Terra Indígena Nukini é mais um controle dentro da comunidade. A comunidade tem um controle interno de como usar a terra, a fauna, a flora, para que possa garantir o nosso futuro, uma vida melhor para os nossos netos, bisnetos e todo o povo Nukini. O povo Nukini precisa fazer um trabalho de conscientização do Plano de Gestão, pois nele mostra o que nós queremos pros nossos filhos, netos, bisnetos e para as pessoas que ainda vão nascer. Temos que garantir nossos recursos para aqueles que ainda vão vir, porque se nós estamos como estamos hoje foi porque alguém lá no passado teve essa preocupação. Há alguns acordos do Plano que vão desenvolver e outros ainda terão muita resistência, mas ao mostrar o lado que se destaca todos vão começar a ver como estamos evoluindo.

A construção do Plano de Gestão está muito relacionada às atividades de mapeamento participativo, pois, mapeando, fazendo os mapas, você está vendo e assim dá para comparar a comunidade como um todo, vamos pensando coletivamente maneiras de cuidar da nossa terra. Onde tem mais caça, roçado, fronteira, onde estão os marcos, de onde pode se tirar petróleo, onde estão os parentes

isolados de outros países. Então, o mapa é uma orientação geográfica que a gente hoje se baseia para entender a nossa realidade e ajuda, também, a compreender melhor o nosso território e serve para a gente planejar as nossas ações de gestão. O Povo Nukini já conhece um pouco disso a partir dos trabalhos de etnomapeamento e hoje eu vejo um avanço muito grande. Estou gostando realmente desse trabalho, das negociações, das propostas dentro da comunidade, de botar dentro do Plano de Gestão e assim melhorar cada dia mais as nossas vidas. Essas propostas servem para que possamos ter uma terra mais fortalecida e mais produtiva dentro dos nossos direitos indígenas. Eu acredito que a comunidade está mais empenhada, desenvolvendo dentro de suas propostas, está entendendo e assim temos um desenvolvimento muito bom.





Introdução

Para mim, o Plano de Gestão é uma segurança alimentar para o nosso povo, uma segurança de vida para as futuras gerações. O plano serve para conscientizar que não se deve caçar com cachorro, não se pode pescar de qualquer forma; eu vejo que devemos valorizar o que está escrito no nosso plano. Acredito que ele funciona como um cartão postal da realidade da nossa Terra Indígena, buscando um futuro melhor para os nossos filhos e para a nossa vida. Daqui a muitos anos vamos colher frutos desse trabalho, para mim é um sonho que isso aconteça, saber que a conservação da terra pode aumentar a quantidade de animais de caça, peixes, que são tão importantes para a nossa segurança alimentar. A ideia é conscientizar, falar do plano para a comunidade, da importância deles colaborarem respeitando os acordos. A gente como liderança tem que ficar sempre relembrando e orientando a comunidade sobre o plano.

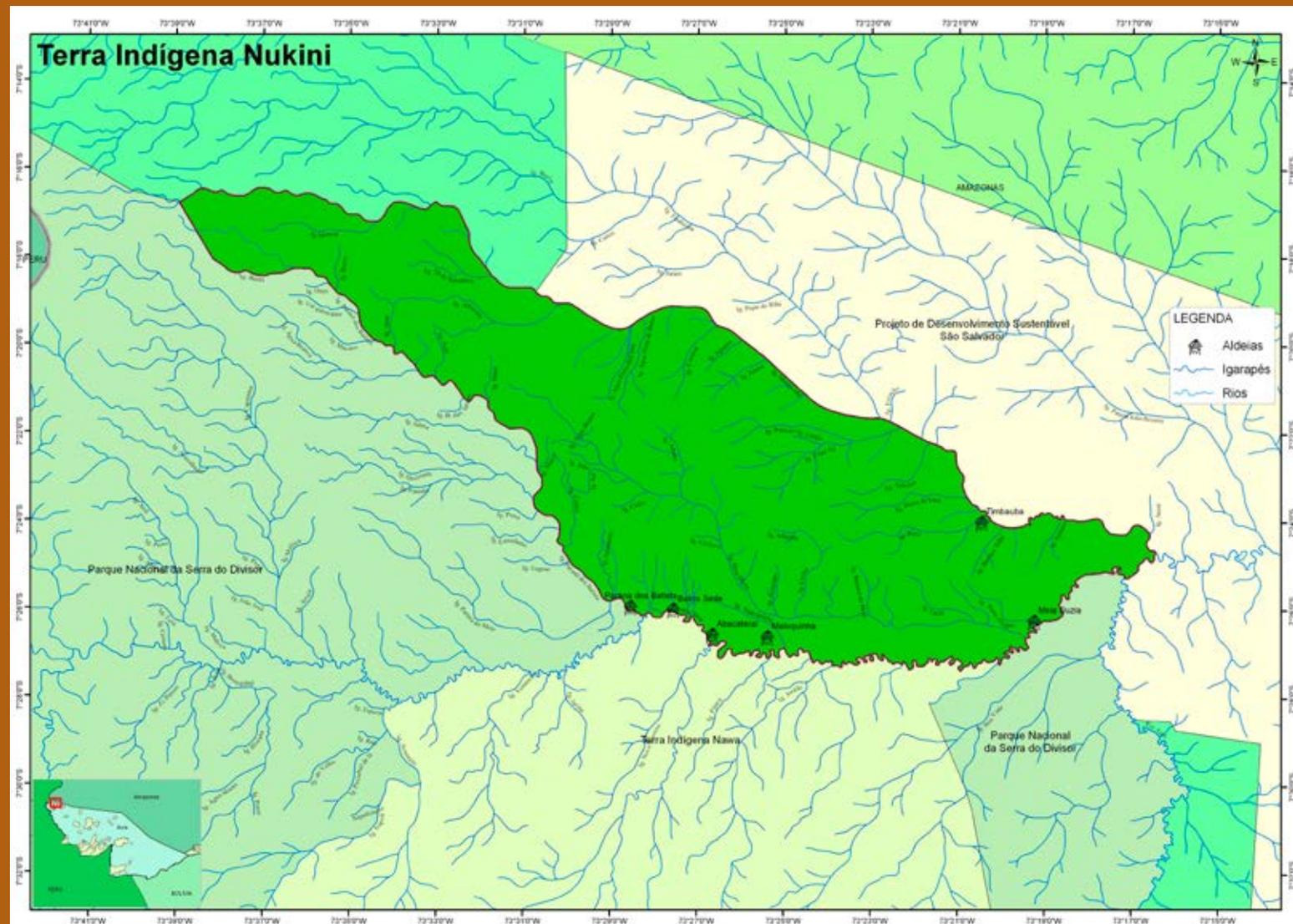
Vice-cacique Paulo Almeida Nukini





O povo Nukini busca a união através da valorização dos nossos costumes, fortalecendo os conhecimentos dos nossos antepassados. É um povo com humildade em busca da felicidade. É uma gratidão participar de um momento como esse e estar junto dos outros povos para todos termos uma vida melhor. Estamos conhecendo e aprendendo cada dia mais sobre outras culturas e a realidade dos nossos governantes. Nós queremos a oportunidade e a felicidade de estudar cada dia mais, porque, o pouco que você aprende na vida representa muito.





Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Nukini





I. Recursos florestais e florísticos

Devido ao aumento da população e das criações de gado, os recursos da floresta estão ficando escassos. A palha de canaraí também está acabando, pois há pessoas que estão vendendo e, ainda por cima, não colhem do jeito certo.

1. MADEIRA PARA CANOAS: não devemos vender canoas fora da Terra Indígena, ela é destinada somente para uso interno das comunidades. Pode haver exceção com autorização e consenso de toda a comunidade.
2. FRUTAS NATIVAS: não podemos derrubar as fruteiras da mata. Para a colheita temos que subir na árvore sem utilizar a derrubada. No caso do buriti e outras espécies, precisamos fazer uma parceria com IBAMA, SEAPROF e outros órgãos para capacitação técnica em alpinismo que nos auxilie na coleta dos frutos.



© Frank Silva, 2014

3. PALHA DE CANARAÍ: quando formos colher as palhas é necessário deixar duas folhas, o olho da planta e não cortar os filhotes. Não devemos vender palhas para fora da Terra Indígena. As pessoas de fora que querem tirar a palha devem pedir permissão à comunidade e respeitar o manejo.
4. MADEIRA DE LEI: A madeira de lei não pode ser comercializada para fora da Terra Indígena. Quem derrubar tem que aproveitar bem todas as partes da árvore, ou dar a sobra para outras pessoas. Espécies como o aguano, cedro e cumaru, por estarem ameaçadas de extinção, só podem ser exploradas com o manejo adequado e suas sementes devem ser aproveitadas para o reflorestamento.
5. PLANTAS MEDICINAIS: a comunidade continuará pesquisando para fortalecer o uso das plantas medicinais na cultura Nukini. Também estará organizada para proteger seus conhecimentos tradicionais. A comunidade deve ser responsável por não permitir que pessoas de fora da Terra Indígena (TI) retirem e comercializem as ervas medicinais, sementes, cascas de madeiras e outros recursos. As pessoas de dentro da TI devem respeitar a decisão coletiva da saída limitada de nossos recursos, como também respeitar e fortalecer o uso cultural e medicinal dos mesmos. Ficam proibidas matérias como livros, folder e etc, que divulguem as nossas medicinas tradicionais para fora, para evitar o patenteamento dos nossos conhecimentos tradicionais pelas indústrias farmacêuticas.





II. Pesca

Antigamente havia muitos peixes na nossa Terra, mas devido à utilização de alguns equipamentos do jeito errado, como atravessar a manga nos igarapés e, também, pessoas de fora da TI levando muitos peixes para vender no município, hoje temos muito pouco. Então, pensamos em algumas regras que vão ajudar a aumentar a quantidade de peixes no nosso rio, lagos e igarapés.

1. BATIÇÃO: não podemos fazer batição nos igarapés, lagos ou rios, porque os peixes estão se acabando.
2. USO DA MANGA DE PESCA: É proibido atravessar a manga tapando o igarapé na época da desova. No verão e quando o peixe desce para sair no rio é permitido apenas para o consumo do povo Nukini. Vamos fazer a conscientização do nosso povo, por meio de reuniões, palestras nas escolas e atuação do AAFI.
3. ÉPOCA DA DESOVA: Na desova é proibido armar manga nos igarapés e nos lagos de toda a Terra Indígena.



4. Só a partir das 16h é autorizado o uso da tarrafa no rio, na época da desova.
5. TINGUI: não podemos colocar tingui nos igarapés e rios e nem usar as bolinhas de tingui.
6. CORRICO (ISCA ARTIFICIAL): é proibido o uso de marisco com o corrico no período de julho a outubro em lagos e igarapés.
7. USO DO PEIXE FORA DA TERRA INDÍGENA I: só é permitido levar 20 kg de peixe do rio para rancho, por família, quando for para cidade.
8. VENDA DO PEIXE: não podemos vender peixes para fora da Terra Indígena.
9. PESSOAS DE FORA DA TERRA INDÍGENA: não podemos deixar pessoas de fora da Terra Indígena mariscar ou pescar dentro do nosso território.
10. TRACAJÁ: durante três anos não devemos arrancar ovos de tracajás e nem pegar estes animais durante o período da desova. Serão construídos tabuleiros nas praias e faremos criação em cativeiro, através de parcerias da comunidade com as instituições responsáveis – SEAPROF e IBAMA.
11. JACARÉ: não devemos matar o jacaré por perversidade. Só devemos matar para comer. Também buscamos parcerias para a criação de jacaré em cativeiro.





III. Caça

No passado também tínhamos muitas caças, mas devido ao uso dos cachorros e grande desmatamento, as caças, hoje, estão difíceis e muito distantes. Para tentar melhorar esta situação, nós, Nukini, vamos fazer alguns acordos.

1. USO DO CACHORRO DE CAÇA: fica proibido o uso de cachorro para caçar dentro da Terra Indígena. O cachorro só poderá ser utilizado para a proteção das moradias, dos roçados e das criações.
2. ARMADILHAS DE CAÇA: as armadilhas só podem ser armadas nos roçados entre às 17h e 6h. Não devemos colocar armadilhas nos piques de caçadas. Nos roçados, só devemos colocar armadilhas em locais certos e sinalizados e no roçado próprio.
3. VENDA DE CARNE DE CAÇA: não podemos comercializar carne de caça, nem dentro, nem fora da Terra Indígena. Só podemos levar 10Kg de caça para rancho, por canoa, quando for para a cidade.
4. FILHOTES DE ANIMAIS DA FLORESTA: não podemos comercializar os animais ou filhotes de animais da mata. Se for criar, que seja em condições adequadas.



© Frank Silva, 2014

IV. Criações de animais domésticos

Depois que a atividade da borracha acabou, o povo Nukini ficou sem alternativas de trabalho e muitas pessoas começaram a criar gado. Hoje, os campos são responsáveis por grande parte do desmatamento da nossa terra. Estamos pensando em alternativas para parar com este desmatamento e, também, na possibilidade de encontrar outras atividades que não prejudiquem o meio ambiente.

1. PASTO PARA GADO: quem já passou de 12 quadras não pode mais aumentar o pasto. Quem ainda não tem 12 quadras pode brocar, no máximo, uma quadra por ano. Para implantação de pasto, o morador necessita de acompanhamento do AAFI para realização de diagnóstico da área mais adequada.
2. Quem for criar gado necessita cercar a área e respeitar os limites dos outros moradores (capoeiras, moradias, quintais, plantios e roçados), além de reflorestar os caminhos.



3. A comunidade vai buscar parcerias para introduzir novas técnicas de manejo de gado, como o manejo agroecológico das pastagens e a recuperação das áreas em processo de degradação. Devemos procurar parceria com a EMBRAPA, SEAPROF ou outras instituições para termos pastagens dentro de um princípio socioambiental.
4. Durante os próximos anos, a comunidade estará se organizando para diversificar a criação de animais domésticos, como porcos e outros.
5. Moradores de fora da Terra Indígena não poderão criar gado dentro do seu interior.





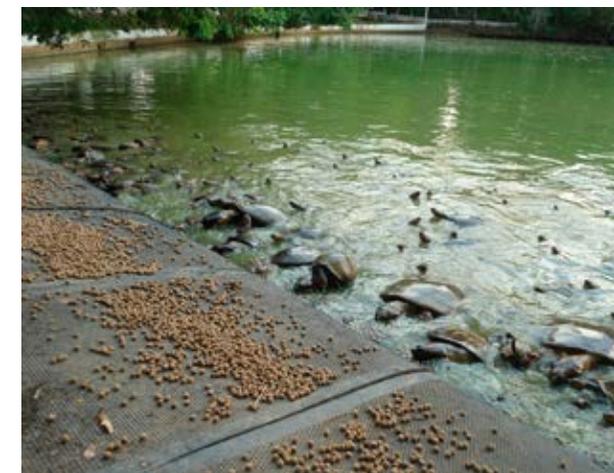
© Paula Romaldo, 2014

V. Criação de animais silvestres

1. CRIAÇÃO DE MELÍPONAS, TRACAJÁS E JACARÉS: A comunidade se organizará para procurar alternativas de complementação da segurança alimentar através de projetos e solicitações aos órgãos do governo (SEAPROF, EMBRAPA, etc).



© Ramiro Cavazzi, 2012



© Ramiro Cavazzi, 2012



VI. Roçados

1. ROÇADOS: podemos botar, no máximo, duas quadras de roça por ano, de preferência na capoeira - só utilizar mata virgem se não tiver capoeiras.
2. MADEIRAS DOS ROÇADOS: só podem ser aproveitadas para negócios dentro da Terra Indígena.
3. MATA CILIAR: não colocar roçados na beira do rio e brocar a beira apenas para as moradias. Nos igarapés, vamos deixar uma distancia de 50 metros para proteção da mata ciliar. A mesma distância serve para as nascentes dos igarapés.
4. QUEIMADAS: todos devem fazer aceiros nos roçados para evitar queimadas.
5. SEMENTES INDÍGENAS: a comunidade Nukini irá conservar as suas sementes tradicionais e irá pesquisar e realizar intercâmbios com outros povos indígenas para recuperar as suas sementes tradicionais.



© Frank Silva, 2014



© Frank Silva, 2014

VII. Sistemas agroflorestais

Desde 2003, a Terra Indígena Nukini vem contando com Agentes Agroflorestais Indígenas, no entanto, ainda não existem sistemas agroflorestais comunitários. Neste plano vamos registrar as nossas propostas.

1. Os Agentes Agroflorestais Indígenas e a comunidade irão implantar um sistema agroflorestal na área da sede da Aldeia República. Para isso, buscarão apoio junto às organizações responsáveis.



© Frank Silva, 2014



© Frank Silva, 2014



© Frank Silva, 2014



VIII. Saúde ambiental

Nossas atividades com a saúde ambiental vêm sendo feita por alguns de nossos representantes, como o agente de saúde e professores. Precisamos conscientizar a comunidade que esse é um trabalho de todas as famílias. Na nossa terra temos muitos problemas de saneamento e saúde, principalmente com a malária. Embora o governo tenha feito algumas obras nas nossas comunidades, muitas delas não funcionam bem. Por isso, neste plano, apresentamos algumas propostas para resolver estes problemas.

1. LIXO: a comunidade e seus representantes irão organizar a coleta de lixo, separando o lixo orgânico, não orgânico e tóxico (pilhas, baterias, restos de remédios, etc). O lixo não orgânico poderá ser enterrado ou queimado em locais apropriados da aldeia. O lixo tóxico será separado e levado para a cidade.
2. PLACAS EDUCATIVAS: faremos placas educativas sobre os cuidados com o lixo e as equipes e pessoas que vêm de fora da terra indígena serão fiscalizadas.



3. ÁGUAS: as comunidades Nukini vêm enfrentando graves problemas com o abastecimento de água. As cacimbas construídas pela FUNASA não possuem água suficiente, estão mal localizadas e os equipamentos estão quebrados. Por isso, as comunidades reivindicam a construção de poços artesianos nas comunidades centrais e novas cacimbas nas casas afastadas. O agente de saúde e demais representantes vão orientar as comunidades sobre o uso correto das cacimbas. Os representantes vão reforçar a solicitação junto à prefeitura e FUNASA para a contratação de agentes indígenas de saneamento.
4. PRIVADAS: as privadas que foram construídas nas comunidades Nukini não foram bem feitas. Os agentes de saúde e o futuro agente de saneamento estarão identificando estes problemas e, junto com a comunidade e parcerias, estarão buscando soluções.
5. MALÁRIA: as comunidades vêm sofrendo endemia de malária há muitos anos. O trabalho de borrifação feito pelos agentes da SESACRE não cobre a área toda. Por isso, as comunidades estão solicitando pessoas treinadas em todas as comunidades, com equipamentos para fazer borrifação em todas as casas. E quando houver a borrifação é necessário que todos moradores recebam a equipe. A Comunidade do Igarapé Timbaúba é uma das mais atingidas pela malária. Nesse sentido, os representantes da TI Nukini reivindicarão junto às autoridades competentes a contratação de um agente de saúde.





XIX. Recursos hídricos

1. COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA: a comunidade da Terra Indígena Nukini tem interesse em participar da criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Moa.
2. MATAS CILIARES: estaremos conservando as nossas matas ciliares, não colocando roçados, pastos e outros usos nas beiras dos rios, igarapés e lagos.





© Frank Silva, 2014

X. Entorno

1. Com o objetivo de criar acordos de gestão territorial e ambiental na região, serão distribuídas cópias do Plano de Gestão do Povo Nukini para os representantes da Terra Indígena Nawa, Associação do Assentamento São Salvador, FUNAI, INCRA, SEAPROF, ICMBIO, Polícia Federal e outras instituições. Os representantes da Terra Indígena devem realizar, eventualmente, reuniões com estes representantes para discutir a gestão ambiental na região.



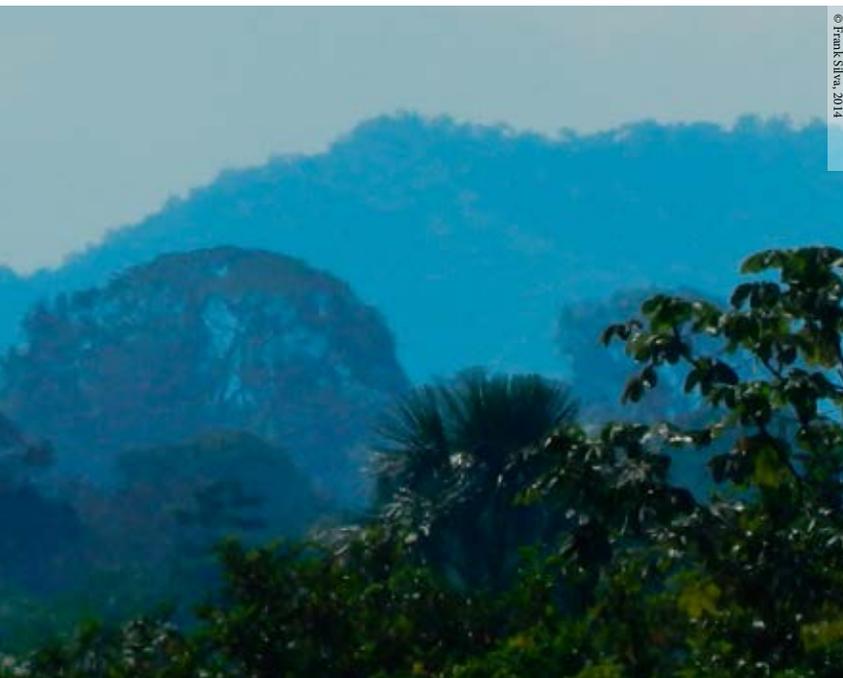
© Frank Silva, 2014



© Frank Silva, 2014



© Paula Romualdo, 2014



© Frank Silva, 2014



© Frank Silva, 2014

XI. Monitoramento do desmatamento

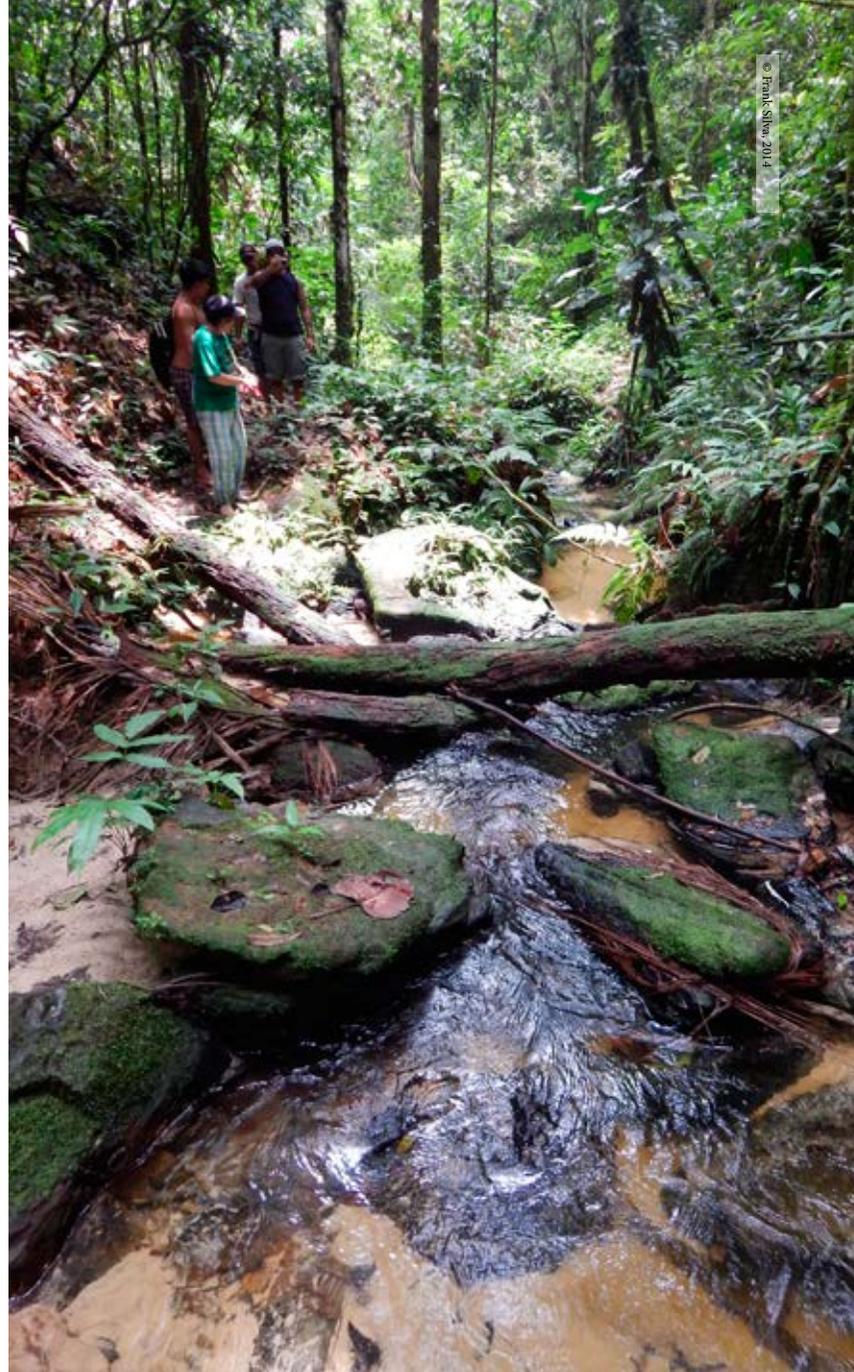
1. O AAFI, com o apoio da comunidade, irá realizar o monitoramento de desmatamento na Terra Indígena. Será feito o registro anual das áreas desmatadas para ser apresentado à comunidade para uma avaliação coletiva.



© Frank Silva, 2014



© Frank Silva, 2014



XII. Vigilância, fiscalização e situação fundiária

1. Até o ano de 2006 a Terra Indígena Nukini não sofria com as invasões. Para prevenir este problema, foi executado um projeto para reabertura das picadas (realizadas em 2008), mas não teve continuidade. A comunidade da TI Nukini deve se reunir para discutir a reabertura das picadas e identificar parceiros para apoiar esta demanda (Exército, Polícia Federal, FUNAI e ICMBIO). Em nível não governamental há o apoio da CPI/AC, OPIRJ e AMAAIAC.
2. Após a reabertura das picadas, a comunidade deve se organizar para realizar periodicamente, em parceria com os órgãos competentes, a vigilância, monitoramento e fiscalização. Também buscará apoio e parcerias para capacitação nesta atividade.
3. A comunidade dará continuidade para revisar os limites da TI Nukini, com base no levantamento prévio realizado pela FUNAI e às demandas atuais do povo Nukini, dentro do seu Plano de Gestão Territorial e Ambiental.



XIII. Situação Transfronteiriça

A Terra Indígena Nukini está localizada na fronteira do Brasil com o Peru. Existem rotas de narcotráfico na região que atingem diretamente a TI. Além disso, existe o histórico de atuação de madeireiros peruanos na região da Serra do Divisor.

1. A comunidade estará se articulando junto às autoridades competentes para implementar operações de monitoramento e vigilância na fronteira. A comunidade está preocupada com os grandes impactos desenvolvimentistas feitos a partir de acordos binacionais entre os governos do Brasil e Peru. Entre estes projetos estão as propostas de construção de rodovia e linha ferroviária entre Pullcalpa-Peru e Cruzeiro do Sul-Brasil e prospecção de petróleo, que atingem as Terras Indígenas e as Unidades de Conservação na região do Juruá.
2. O Povo Nukini articulará parcerias para a realização de seminários e outros eventos para discutir a temática transfronteiriça, além de garantir sua participação nestes eventos.



XIV. Controle da entrada de pessoas de fora na terra indígena

Atualmente, não estamos tendo muito controle sobre a entrada de pessoas dentro do nosso território. Acontece, inclusive, de pessoas entrarem sem a autorização dos representantes e tirarem fotos, filmarem nossas casas e pessoas. Outra grande preocupação são as pessoas que vêm morar na Terra Indígena; índios, casados (as) com índios (as) e não índios, sem autorização. Por isso, adotaremos algumas normas para haver um controle de entrada de pessoas em nossa Terra Indígena.

1. Para pessoas de fora entrarem na Terra Indígena Nukini é necessário avisar a FUNAI, liderança e demais representantes com antecedência e, de acordo com a comunidade, autorizarão ou não a entrada.





2. Como está difícil fazer o controle da entrada de pessoas na Terra Indígena, não será mais permitida a entrada de não indígenas para estabelecer moradia na TI. Neste sentido, os indígenas que pretendem retornar para a TI Nukini deverão comunicar as lideranças e a comunidade o motivo de seu retorno. No caso dos moradores(as) não índios casados(as) com indígenas, não será permitida a entrada ou permanência de seus familiares não-índios dentro da Terra Indígena.
3. No caso de indígenas casados(as) com não indígena, será preciso realizar uma avaliação e autorização da comunidade.
4. Também será realizado um recadastramento anual das famílias Nukini na Terra Indígena.





© Frank Silva, 2014



© Frank Silva, 2014



© Frank Silva, 2014

XV. Educação diferenciada do povo Nukini

Hoje, a educação escolar do Povo Nukini está baseada mais no mundo ocidental, ou seja, no mundo do branco. A língua portuguesa ainda continua muito forte, principalmente no uso dos livros didáticos do MEC oferecidos pela Secretaria de Educação do Estado. Neste contexto escolar e comunitário, é necessário que todos acompanhem e incentivem os professores: pais, alunos e demais membros da comunidade para a construção da educação diferenciada. A comunidade estará se organizando para buscar apoio e parcerias com outros povos indígenas da família linguística Pano e instituições como OPIAC, CPI/AC, SEE e outras. Também se articulará para inserir seus professores nos cursos de formação de docentes para indígenas (UFAC) e magistério indígena (SEE).





© Frank Silva, 2014

XVI. Cultura

1. REVITALIZAÇÃO CULTURAL: alguns aspectos da nossa cultura estão fracos. Há pouco uso da língua indígena e pouca prática dos conhecimentos tradicionais referentes à saúde, artesanatos, pinturas, festas tradicionais e cerimônias. Com isso, a comunidade continuará as pesquisas com os mais velhos. Também haverá uma organização do povo para a implementação do calendário cultural Nukini.
2. LÍNGUA INDÍGENA: a língua Nukini será trabalhada pelos professores dentro de suas disciplinas como forma prática de seu uso com maior frequência e, também, será potencializada com o trabalho dos Agentes Agroflorestais Indígenas.





XVII. Fortalecimento da medicina tradicional Nukini

1. MEDICINA TRADICIONAL: o Agente de Saúde Indígena, com apoio da comunidade e demais representantes (AAFI, professores, alunos, AISAN e etc.), deve estar na frente das atividades de pesquisas das plantas medicinais do povo Nukini para não ficar dependente dos medicamentos industrializados. Vamos implementar os Parques Medicinais e as Farmácias Vivas em nossas comunidades.
2. FORTALECIMENTO DAS PRATICAS MEDICINAIS TRADICIONAIS: a prática da medicina tradicional Nukini deve ser feita como forma de fortalecer seus conhecimentos e a cultura. Vamos implantar hortas e viveiros medicinais como forma de cultivar nossas medicinas. Também iremos resgatar práticas com os mais velhos e realizar intercâmbios com outros povos, como forma de resgate da medicina tradicional.





© Frank Silva, 2014



© Frank Silva, 2014



© Frank Silva, 2014

XVIII. Divulgação, implementação e avaliação

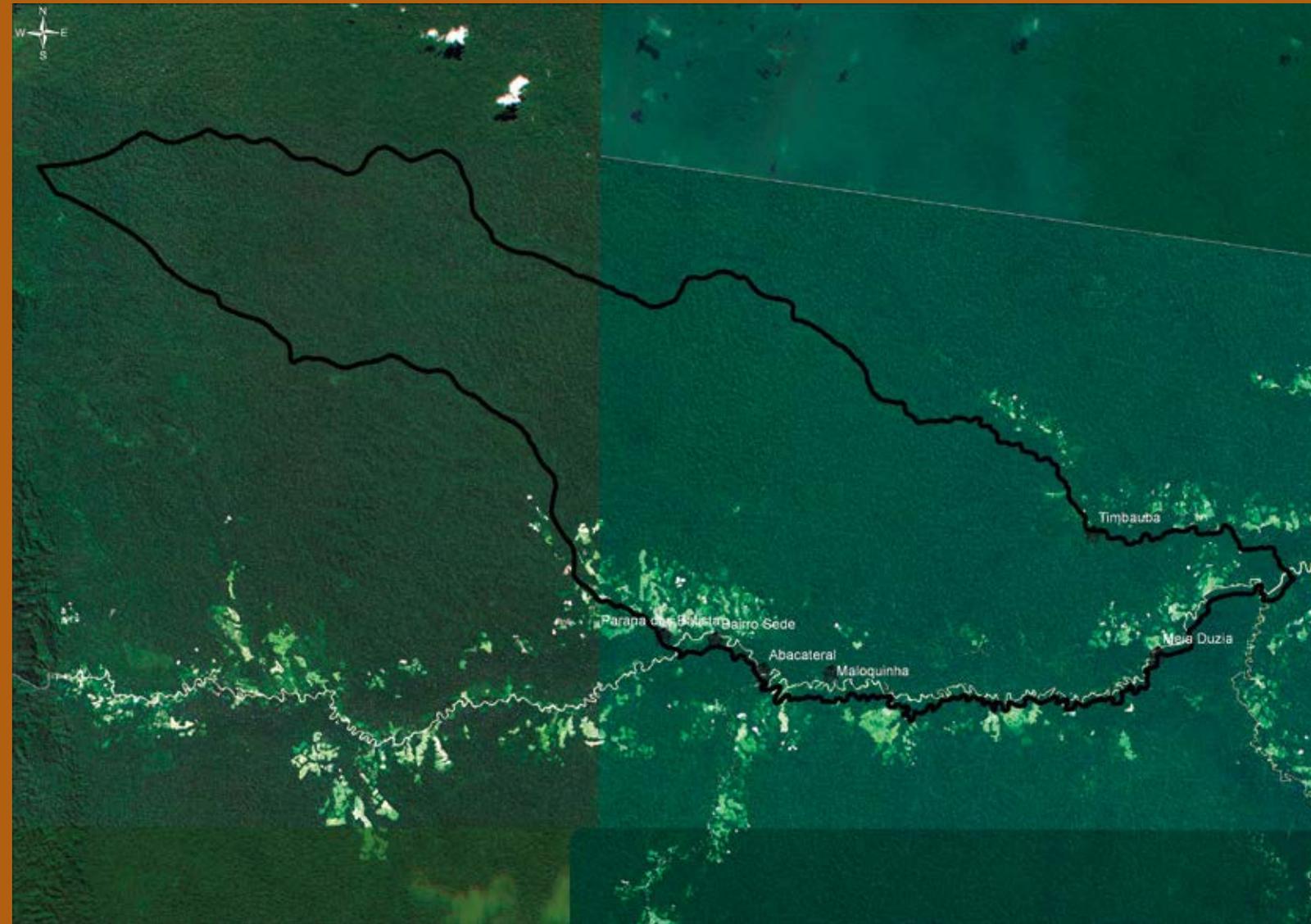
O Plano de Gestão Territorial e Ambiental da nossa Terra Indígena será divulgado nas escolas através de aulas direcionadas pelos professores, como também pelos AAFIs, AISAN e demais lideranças.

1. Serão distribuídos os livros do Plano de Gestão para cada família da Terra Indígena.
2. Os representantes da TI Nukini irão organizar reuniões mensais para divulgação do plano, além de visitas direcionadas para alguns moradores.
3. Também serão entregues livros do Plano de Gestão da nossa Terra Indígena para órgãos públicos, parceiros e populações do entorno, como forma de obter apoio para as ações de gestão territorial e ambiental da Terra Indígena Nukini.
4. Para a avaliação do Plano de Gestão serão realizadas reuniões gerais da Terra Indígena duas vezes ao ano.
5. Os acordos deste Plano de Gestão valem por um período de cinco anos após sua publicação, quando haverá uma avaliação dos resultados e da situação dos recursos naturais.



© Frank Silva, 2014

Fotos contra-capa: Paula Romualdo e Frank Silva





REALIZAÇÃO

AIN
Associação Indígena Nukini



APOIO



PATROCÍNIO

